

TRANSPARÊNCIA NAS ENTIDADES RELIGIOSAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DE FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA NA PARÓQUIA SENHOR DO BONFIM

TRANSPARENCY IN RELIGIOUS ORGANIZATIONS:
A CASE STUDY ON THE APPLICATION OF FACTORS
THAT CONTRIBUTE TO FINANCIAL TRANSPARENCY IN
THE PARISH SENHOR DO BONFIM

*Juliano Almeida de Faria*¹

*André Lourenço da Silva Rego*²

RESUMO

A transparência é uma qualidade que as entidades necessitam alcançar, pois, através dela, é possível construir uma boa imagem e atuar com credibilidade junto aos parceiros. O presente estudo objetiva verificar a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira pela Igreja Católica do Senhor do Bonfim, localizada em Feira de Santana-BA. Especificamente, este trabalho visa a saber se a *accountability* está sendo exercida na Paróquia Senhor do Bonfim, bem como conhecer os meios utilizados para a prestação de contas, avaliar a percepção dos paroquianos em relação ao processo de transparência da paróquia e analisar se existe a aplicação da contabilidade para o auxílio do processo de transparência financeira. As informações coletadas condicionam inferir que a paróquia atua com transparência em suas finanças, sendo que os fiéis, doadores de recursos, percebem a existência de uma boa prestação de contas e acham que os recursos estão sendo bem empregados, porém eles não são motivados e não opinam sobre a destinação desses recursos. A contabilidade é prioridade na gestão paroquial mantendo-se atualizada, porém as demonstrações contábeis não são divulgadas para a comunidade, ficando restritas a relatórios financeiros auxiliares, como o Demonstrativo de Entradas e Saídas e o Demonstrativo dos Saldos.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor. Transparência. Entidade religiosa. *Accountability*.

¹ Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. Auxiliar da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA. E-mail: profjalmeida@gmail.com.

² E-mail: andre_nadador@hotmail.com.

ABSTRACT

Transparency is a quality that entities need to achieve, because through it is possible to build a good image and act with credibility with partners. This study aims to verify the application of factors that contribute to financial transparency by the Catholic Church of Our Lord of Bonfim, located in Feira de Santana-BA. Specifically this work is whether accountability is being exercised in Senhor do Bonfim parish, as well as knowing the means of accountability, to evaluate the perception of the parishioners in relation to the transparency of the parish process and examine whether there is the application of accounting to aid the process of financial transparency. The information collected condition inferred that the parish operates with transparency in their finances, and the faithful, donor resources, realize the existence of a good accountability and find that resources are being well spent, however they are not motivated and not opine on the allocation of these resources. Accounting is priority in parish management keeping up, but the financial statements are not disclosed to the community, being restricted to auxiliary financial reports as the Statement of inputs and outputs and the Statement of Balances.

KEYWORDS: Third Sector. Transparency. Religious entity. accountability

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor se apresentou como uma solução à sociedade, pois com seus fins sociais, as entidades desse setor conseguem minimizar os problemas da sociedade que o primeiro setor, representado pelo Estado, não consegue combater isoladamente, além de fiscalizar o segundo setor (Mercado), de modo que eles atinjam os lucros sem agressões sociais e ambientais.

No Brasil, o surgimento do terceiro setor se identifica pelo seu vínculo com as entidades religiosas, tendo como referência a Igreja Católica. Essa identidade se deu pela natureza das atividades desenvolvidas pela igreja e por seus valores religiosos que impulsionam o voluntariado. A grande quantidade de fiéis faz com que a igreja católica seja uma personalidade de grande influência social, cultural, política e econômica.

Grande parte das fontes de recursos das igrejas católicas é alcançada por meio das doações. Com isso, a sociedade tem a necessidade de conhecer as origens e aplicações das doações e verificar se

realmente as igrejas católicas possuem a responsabilidade de cumprir as suas missões. Com o intuito de demonstrar perante toda a sociedade que os objetivos estão sendo cumpridos (*accountability*), as igrejas católicas necessitam utilizar-se da transparência e, dessa forma, evidenciar o seu patrimônio através da prestação de contas.

A transparência pode inspirar a confiabilidade dos fiéis e torna-se fator fundamental para a continuidade desse tipo de entidade sem fins lucrativos (ESFL). No processo de transparência, a contabilidade possui um papel muito importante, pois é uma ciência que dispõe de instrumentos que viabilizam a prestação de contas para os usuários e as posições patrimonial, econômica e financeira das entidades com a elaboração dos demonstrativos.

Diante do exposto, realizou-se uma pesquisa em uma igreja católica pertencente à Arquidiocese de Feira de Santana-BA e denominada Senhor do Bonfim, cujo objetivo geral é verificar a aplicação dos fatores que contribuem para uma prática financeira transparente nessa paróquia. Quanto aos objetivos específicos, visa-se a conhecer se a *accountability* vem sendo exercida na paróquia, bem como os meios utilizados para a prestação de contas, avaliar a percepção dos paroquianos em relação ao processo de transparência da paróquia e analisar se existe a aplicação da contabilidade para auxiliar o processo de transparência.

Elaborar um diagnóstico sobre a prestação de contas é o papel decisivo da contabilidade apontando soluções que visem à evolução desse processo; justifica-se pela necessidade que a comunidade possui em saber o que realmente as entidades religiosas fazem com os recursos obtidos através das doações que ela realiza e pela importância que a transparência financeira possui para a continuidade desse tipo de entidade. Além disso, com este trabalho pretende-se ressaltar a importância da contabilidade neste contexto, demonstrando que as ESFL podem fazer uso mais aprofundado das ferramentas que a contabilidade fornece, sobretudo em prol da transparência.

O interesse pessoal na pesquisa surge pelo fato de o autor pertencer à religião católica e frequentar ativamente algumas igrejas da região. Ao longo dos anos em que o autor estava graduando-se nas ciências, contábeis a curiosidade em conhecer a importância da contabilidade para as igrejas só aumentava e o presente artigo é uma forma de beneficiar, de forma construtiva, a ciência contábil, a religião católica e a comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Caracterização do Terceiro Setor

O termo “Terceiro Setor” começa a ser mais conhecido no Brasil no final da década de 80 do século passado para caracterizar as organizações privadas, mas sem fins lucrativos e que mantinham o seu foco nas soluções de problemas sociais. O Terceiro Setor é visto como um setor mais moderno, pois existem outros dois setores da economia que são mais tradicionais: o Primeiro Setor, que é o setor público do qual fazem parte o Governo e o Segundo Setor, representado pelo mercado, e é mais conhecido como o setor privado.

Na visão de Araújo (2005), o Estado se encontra no primeiro setor, que através de seus órgãos e entidades, exerce múltiplas atividades, como as políticas, administrativas, econômicas e financeiras, com o objetivo de cumprir suas finalidades básicas, desempenhando as suas funções. No segundo setor, estão as empresas privadas, que exercem suas atividades com o objetivo de obter lucros a serem distribuídos aos investidores como remuneração do capital aplicado.

Cardoso (2003, p.34 *apud* Camelo, Camelo e Paulino, 2006, p. 02) explica as razões do crescimento do terceiro setor:

O Terceiro Setor (TS) vem ganhando destaque por causa da atuação das entidades que o compõem. Estas entidades passaram a ter maior respaldo quando a população e o Estado tomaram consciência da ineficiência do Estado para atender às necessidades sociais.

A necessidade de formação do Terceiro Setor ocorre pela falta de responsabilidade social das empresas privadas e da incapacidade de o Estado solucionar os problemas sociais. Com isso, houve a necessidade da criação de um novo conceito que traz a eficiência para a solução de problemas sociais que o Estado não possuía e o comprometimento com as causas sociais que estavam em segundo plano no setor privado.

De acordo com Araújo (2005, p.05) “[...] existe um terceiro setor, o qual contempla as mais diversas organizações sem finalidade de lucro, cuja base de sustentação encontra amparo no voluntariado e na promoção do bem-estar-social”. Na visão de Falconer (1999, p.36) pode se definir o terceiro setor como “[...] um setor privado não voltado à busca de lucro, que atua na esfera do público, não vinculado ao Estado”.

O termo “sem fins lucrativos” significa que essas entidades não possuem objetivos econômicos em suas atividades, mas o fato de não ter objetivos econômicos não impede que essas entidades busquem um resultado positivo (*superávit*), pois, para elas continuarem existindo, é necessário que haja o ingresso de recursos necessário para o custeio das atividades desenvolvidas, caso contrário, não haverá a possibilidade de atuação da entidade. O lucro que as entidades sem fins de lucro podem perceber não poderá ser distribuído aos participantes, mas deverá ser redistribuído na própria atividade.

Além de explicar o uso do termo Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL), Azevedo et al (2008, p.03) mostram a área de atuação do terceiro setor:

No Brasil a terminologia mais usual para designar as entidades pertencentes ao Terceiro Setor é Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL), devido aos diversos dispositivos contemplados na legislação pertinente. Tais entidades atuam nas mais diversas áreas de interesse público, como: saúde, assistência social, educação, defesa do meio ambiente, entre outros.

Essas entidades desenvolvem diversas atividades importantes para a sociedade, como as beneficentes, científicas, culturais, educacionais, filantrópicas, religiosas, entre outras. Consistem em um universo amplo e heterogêneo, representado por associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), fundações, conselhos comunitários, entidades religiosas, empresas-cidadãs e outros (ALMEIDA; FERREIRA, 2007).

Portanto, quando se fala em terceiro setor, refere-se às entidades que não pertencem ao estado e não participam das atividades de mercado, mas são organizadas pela sociedade civil e possuem como objetivo maior a evolução do meio social atuando em áreas de interesse público, deixando o lucro em segundo plano.

2.2 A Transparência no Terceiro Setor

A transparência é um fator que está progressivamente sendo cobijado pelas organizações, pois a entidade que possui esta qualidade ganha maior credibilidade dos clientes e isso pode representar o seu diferencial em relação aos concorrentes num mercado competitivo. Para atingir a transparência, é necessária a realização das prestações de contas do que está sendo realizado pela organização e da contextualização da evolução organizacional, sem deixar margens à obscuridade.

Numa ESFL, não é diferente e a prestação de contas é fator determinante para a sua sustentabilidade, pois elas dependem dos recursos de parceiros para operarem e, sem a credibilidade dos doadores, torna-se inviável a manutenção das atividades realizadas.

Nesse sentido, o CFC (2008, p.103) dispõe que:

Prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

Complementando essa conceituação, Milani Filho (2009, p.41) evidencia que:

A legitimidade e a credibilidade pública propiciam condições para que uma organização filantrópica, por exemplo, capte recursos da comunidade baseando-se em conceitos e valores institucionalizados. Considerando-se que a captação de recursos pode ocorrer num ambiente competitivo, pois organizações similares desejam os mesmos recursos escassos, as práticas de sucesso adotadas por outras organizações competidoras podem ser mimetizadas.

Assim pode ser feita uma correlação entre a aplicação da transparência nas finanças e a entrada de recursos das entidades, pois com os recursos escassos, as entidades que irão ter mais sucesso são aquelas que ganham a credibilidade dos parceiros através da transparência, motivando-os a fazer doações.

Uma entidade sem fins lucrativos sente a necessidade da transparência, pois faz parte de sua missão divulgar resultados e disseminar aprendizados para outras entidades. Por isso ela deve mostrar claramente para os doadores e para a sociedade não apenas de onde vieram os recursos, mas também como o dinheiro foi aplicado, qual o benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas (CRUZ, 2002).

No processo de transparência, utiliza-se bastante uma ferramenta que está sintonizada com a prestação de contas chamada

accountability. Esse termo da língua inglesa não possui uma tradução exata para o português, mas pode ser relacionada à responsabilidade que o ente possui em mostrar o que está sendo desenvolvido. Por isso *accountability* se confunde com a prestação de contas.

Complementando a conceituação acerca da *accountability*, Falconer (1999, p. 19) expressa que:

Accountability pode significar pouco mais do que a publicação de um relatório anual com dados de projetos e informações contábeis, mas também representa uma postura de responsabilidade que se exercita no cotidiano da gestão, frente a públicos internos e externos.

Cruz (2002, p.01) tenta explicar a reação dos parceiros que contribuem para a sustentabilidade do terceiro setor, quando a ESFL não possui *accountability*:

Essa falta de transparência acaba sendo um dos grandes obstáculos ao aumento da captação de recursos pra causas sociais. De um lado, o doador raciocina da seguinte forma: se não sabe de que maneira seus recursos foram aplicados, se não se sente capaz de vislumbrar resultados, não tem estímulo para doar mais.

Dessa forma, pode ser entendido que a *accountability* é a responsabilidade que a entidade possui em mostrar que os objetivos estão sendo cumpridos e que existe a conformidade nas aplicações dos recursos obtidos, sendo que isso é interesse de toda a comunidade, que possui o interesse de visualizar o benefício social gerado.

Um dos principais interessados na prestação de contas das ESFL é o governo, pois é a ele que a prestação de contas é direcionada em conformidade com a lei, com os contratos e convênios. Outros interessados são os financiadores, parceiros e doadores. E também existem os que não exigem formalmente a prestação de contas, mas lhes é devido ideologicamente, pois se admite que são eles

que estão na base da organização e propiciam o fortalecimento delas – os doadores eventuais, voluntários, os beneficiários, a comunidade atingida e até a sociedade em geral, por se tratar de serviço de caráter público (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011).

Sendo assim, a transparência das ESFL não pode existir apenas para obedecer às formalidades que são exigidas pelos usuários que firmam acordos e convênios, mas tem que ser direcionada a todos que possuem o interesse em conhecer a situação da entidade. Os interessados na prestação de contas podem estar tanto dentro quanto fora das organizações.

2.3 A contabilidade e o terceiro setor

A contabilidade é vista como uma ciência que estuda e controla as variações do patrimônio das organizações, fornecendo informações gerenciais valiosas e diagnosticando as origens e aplicações dos recursos. O Manual de Contabilidade define o objetivo da ciência contábil como:

“Um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação a entidade objeto de contabilização.” (FIPECAFI, 2000, p. 16).

A contabilidade, através dos seus relatórios e demonstrações, possui a capacidade de evidenciar se os objetivos da organização estão sendo cumpridos. Com o poder da evidenciação, a ciência contábil se torna um instrumento essencial para o processo de transparência, pois os doadores que mantêm a entidade sem fins de lucro necessitam avaliar a gestão dos recursos através de instrumentos que mostrem, com clareza, o que está ocorrendo na entidade. Na visão de Araújo (2005, p.45), “A evidenciação é o canal utilizado no processo de comunicação entre a entidade e os tomadores de decisões nas organizações como instrumento de informação”.

A evidenciação é fator indispensável para o controle de qualquer tipo de organização e, quando se fala em uma organização do terceiro setor, a dependência do poder de evidenciar é maior ainda, pois ela opera com recursos doados de terceiros e é necessária a evidenciação da origem e da aplicação dos valores recebidos para, dessa forma, dar continuidade ao fluxo de recursos e, conseqüentemente, ao desenvolvimento das atividades. Se a evidenciação é um produto da contabilidade, pode-se inferir que, para uma ESFL obter sucesso e continuidade, é necessária a adoção de um sistema contábil adequado.

As normas e práticas contábeis que se referem às entidades do terceiro setor ainda estão em fase de desenvolvimento e não possuem lei específica. Dessa forma, as ESFL devem elaborar e publicar as suas demonstrações contábeis com base nos modelos seguidos pelas entidades com fins de lucro (segundo setor) que possuem regulamentação na lei nº 6.404/76 das sociedades por ações e suas alterações.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) está unindo esforços para disciplinar e especializar a contabilidade do terceiro setor. Os resultados desse esforço são demonstrados através das normas brasileiras de contabilidade (NBC), que são editadas pelo CFC e devem ser obedecidas por todos os contabilistas no exercício das suas atividades. Prova dessa evolução é a Resolução do CFC nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Olak e Nascimento (2010, p. 66) salientam que “se, por um lado, a falta de normatização trazia transtornos consideráveis, principalmente em termos de padronização das informações e relatórios contábeis, por outro lado a sua presença pode significar o comprometimento com a evidenciação.”

A NBC T 10.19, que dispõe sobre entidades sem finalidades de lucros, é um grande instrumento de disciplina das ESFL. Além dela, existe também a NBC T 10.4, que trata das fundações, a NBC T 10.18 sobre Entidades Sindicais e Associações de Classe e a NBC T 19.4, que fala sobre Subvenção e Assistência governamentais. Elas trazem importantes peculiaridades que diferenciam as organizações do terceiro setor das demais, tanto nos aspectos da escrituração, como em suas terminologias.

Nas NBC T's citadas, pode ser visto que as entidades do terceiro setor possuem a obrigatoriedade de elaborar algumas demonstrações contábeis. Elas representam o controle contábil e sinalizam o nível de transparência da entidade.

As demonstrações a serem elaboradas pelas ESFL são:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Superávit ou Déficit do exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- Demonstração do Fluxo Disponível.

Na elaboração das demonstrações, é muito importante a presença das notas explicativas que permitem uma contextualização e interpretação da demonstração pelo usuário, fazendo com que o processo de evidenciação contábil seja eficaz, pois muitos usuários não tem o conhecimento pleno da área contábil.

Existe uma forte ligação entre contabilidade e o terceiro setor, sendo que a contabilidade com a sua capacidade informativa e com o seu poder de evidenciar as origens e aplicações de recursos se torna um fator fundamental para o andamento da transparência em uma entidade sem fins de lucro, pois ela é o instrumento que viabiliza a prestação de contas e a *accountability* nessas entidades.

2.4 As Igrejas católicas como entidades do terceiro setor

As entidades religiosas cristãs são organizações com grande poder na sociedade, tendo em vista a grande quantidade de fiéis, o seu respeito e a sua influência nos âmbitos social, político, cultural e econômico. Elas são representadas por suas diversas igrejas e subdivisões e são consideradas pessoas jurídicas de direito privado.

O inc. IV do art. 44 do Código Civil dispõe que as organizações religiosas são livres para criar, organizar, e estruturar-se interna e funcionalmente, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Definindo a constituição da igreja Paes dispõe que (2006) “A igreja é constituída no universo de pessoas congregadas segundo uma doutrina de fé, sendo um modelo associativo atípico e merecedor de tratamento constitucional e legal específico com o claro resguardo da liberdade”. Com o objetivo de reunir os seus fiéis, as entidades religiosas cristãs constituem seu patrimônio, realizam atividades assistenciais, desenvolvem funções evangelizadoras e missionárias e praticam atividades econômicas cujo lucro é destinado ao custeio das atividades religiosas.

Para desenvolver as suas tarefas, as entidades religiosas necessitam de recursos financeiros e a principal fonte desses recursos está nas doações que são conhecidas no cristianismo como o dízimo. O dízimo se refere à parte dos rendimentos dos fiéis que é destinada ao auxílio da igreja. No dicionário Aurélio, significa: “A décima parte”, ou seja, 10%. Apesar de o percentual ser expresso, a igreja católica não exige que os fiéis contribuam com 10% dos seus ganhos, mas deixa a cargo de cada pessoa fazer a doação que lhe cabe. As entidades religiosas se enquadram no terceiro setor, sendo que as características que mais expressam esse enquadramento é o fato de ter a principal fonte de recursos nas doações e de ter caráter assistencial.

2.4.1 A formação e hierarquia da Igreja Católica

O Vaticano que é uma cidade-estado responsável por gerenciar a igreja católica no mundo, controla a hierarquia dos sacerdotes, que são as pessoas responsáveis pelos cultos religiosos. O maior líder do Vaticano e da igreja católica é denominado o Papa. A hierarquia dos sacerdotes e das unidades das igrejas católicas espalhadas em diversos países se dá de forma definida e tem sido uma marca da igreja católica.

De acordo com Gazir (2007), O Vaticano divide cada país em regiões autônomas, as dioceses, sendo que o papa indica um sacerdote, denominado bispo, para comandar cada diocese. Os bispos estão subordinados diretamente ao papa. Eventualmente, um bispo pode responder também a um arcebispo. Esse vai ser o caso quando uma diocese estiver sob jurisdição de uma arquidiocese (diocese de maior extensão territorial). O chefe da arquidiocese é o arcebispo.

As dioceses são formadas pelas paróquias, onde os vigários paroquiais e padres trabalham junto às comunidades e nas igrejas, sob a orientação dos bispos, os quais são os únicos que podem proferir os sacramentos e ordenação de novos sacerdotes. Entre os bispos e arcebispos, o papa escolhe os cardeais. Os cardeais, por sua vez só estão abaixo do papa e possuem a incumbência de eleger o papa sucessor, após a morte de seu antecessor.

No Brasil, os bispos e cardeais se organizam em um tipo de federação denominada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que tem a função de promover a interação entre os bispos do Brasil, tornando a igreja católica mais dinâmica e entrosada. O pároco, ou padre, são as pessoas responsáveis pela administração da paróquia e por celebrar as missas e para os paroquianos, ou fiéis, são as pessoas que frequentam a Paróquia e realizam doações com o intuito de manter as atividades desenvolvidas pela igreja.

A Arquidiocese de Feira de Santana é composta por 36 Paróquias distribuídas em 19 municípios baianos: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Candéal, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Ouriçangas, Pedrão, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho, todos estruturados em 05 Foranias. A sede dessa Arquidiocese situa-se na cidade de Feira de Santana-BA, cidade onde está situada a Paróquia Senhor do Bonfim.

3 METODOLOGIA

É importante definir a metodologia a ser utilizada na produção de um trabalho científico, pois, dessa forma, o cientista conhece as estratégias e as etapas seguidas para atingir o objetivo do trabalho. A metodologia, na visão de Pádua (2000, p. 32), consiste no “conjunto dos caminhos percorridos pelas ciências para a produção dos seus conhecimentos”. O método utilizado na pesquisa possui finalidades descritivas que, de acordo com Vergara (2009, p. 42), “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”.

Com o objetivo de formar um embasamento teórico e a atualização dos conhecimentos que pertencem ao objeto de estudo foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, com base na elaboração livros, artigos e revistas científicas que foram encontrados em bibliotecas e nos meios eletrônicos, como a internet. De acordo com Beuren (2006), em relação aos estudos na ciência contábil, percebe-se que a pesquisa bibliográfica está sempre presente, sendo parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento. Logo, o método é relevante para o objetivo do trabalho.

A classificação da abordagem do problema e tratamento dos dados desta pesquisa caracterizam-se como qualitativa e quantitativa.

Essa classificação se adequa a esta pesquisa de acordo com os tipos de dados que serão coletados e com os objetivos específicos traçados. Após o embasamento teórico, a metodologia utilizada compõe-se de uma pesquisa de campo, com o intuito de fazer um levantamento de dados sobre os fatores que contribuem para a transparência nas entidades pesquisadas.

Através da aplicação de questionários, visa-se a conhecer o desenvolvimento dos fatores que contribuem para a transparência na entidade pesquisada e a aplicação da contabilidade. Para isso, foram elaborados dois questionários distintos, um foi destinado ao Pároco e o outro aos paroquianos. A aplicação dos questionários com o padre foi realizado no dia 08 de dezembro de 2012 e contou com a presença do tesoureiro, que auxiliou o padre em diversos questionamentos, principalmente quando se tratava de especificidades contábeis. A coleta de dados com os paroquianos foi realizada após as missas no dia seguinte, sendo que, pela manhã, foram respondidos 25 questionários e, à noite, foi aplicada a mesma quantidade, totalizando 50 questionários, constituindo a amostra utilizada nesta pesquisa.

Nos questionários que possuem o referencial teórico como base de elaboração, foram construídas perguntas para atender aos objetivos específicos, ou seja, saber se a *accountability* está sendo exercida pela paróquia, avaliar a percepção dos paroquianos em relação ao processo de transparência e verificar a aplicação da contabilidade para o auxílio da transparência financeira. Os critérios gerais a serem abordados são: consulta dos paroquianos aos relatórios divulgados pela paróquia, elaboração das demonstrações contábeis exigidas, participação dos paroquianos no processo de decisão das aplicações de recursos, divulgação dos nomes e acessibilidade aos membros do conselho administrativo.

Os questionários foram feitos com questões abertas para uma caracterização geral da paróquia e dos paroquianos e da escala de Likert, que, segundo Richardson (2007, p. 271), “é a coleta de uma

quantidade importante de itens que indicam atitudes negativas ou positivas sobre um objeto, instituição ou tipos de pessoas”. A escala foi construída com variação de concordância na qual o entrevistado tem as opções de escolha para cada afirmação, variando entre: concorda totalmente; concorda parcialmente; neutro; discorda parcialmente; discorda totalmente, da esquerda para direita, respectivamente. Para analisar os dados informados, foi utilizada a estatística descritiva por meio de análise da frequência das respostas para cada afirmativa. As informações foram processadas por meio do *software Microsoft Excel*, e tabuladas em única planilha, que apresentou as devidas frequências expostas e analisadas no capítulo seguinte.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir os objetivos estabelecidos neste estudo, foi utilizada a metodologia como grande referência. Nesta seção, são apresentados e analisados os dados obtidos por meio dos questionários.

Diante ao fato de que foi realizada uma aplicação de questionários numa amostra, faz-se necessário a caracterização do perfil dos respondentes. Foi analisado o gênero, a idade e a escolaridade dos fiéis. Fazendo uma análise sobre o gênero dos fiéis, observa-se que dos 50 fiéis pesquisados 22 são do sexo masculino e 28 do sexo feminino, representando 44% e 56%, respectivamente.

Quando se trata da idade dos pesquisados, verificou-se que a maioria dos fiéis (52%) possui mais de 40 anos e 28% têm até 30 anos. A maior faixa de idade está entre 41 e 50 anos com 26%; os fiéis de 51 a 60 e de 31 a 40 anos são representados por 20%, cada. Os respondentes de 20 a 30 anos representam 16%, já os menores de 20 anos são 12% e os que possuem mais de 60 anos são representados por 6% da amostra. O perfil dos entrevistados em relação à escolaridade revela que a maioria dos entrevistados

(54%) tem como escolaridade o ensino médio; os que possuem ensino superior representam 24%, os pós-graduados são 12%, os entrevistados com ensino fundamental foram 10% e não houve analfabetos entrevistados.

Conhecimento da *Accountability* e prestação de contas – Para atingir esse objetivo específico da pesquisa, foram realizadas perguntas delimitadas ao tema tanto quanto aos fiéis quanto para o pároco. Fazendo essa análise, também é possível avaliar a percepção dos paroquianos em relação à transparência, outro objetivo específico desta pesquisa. Segundo Milani Filho (2009), a credibilidade junto à população é condição básica para que uma organização capte recursos da comunidade, baseando-se em conceitos e valores institucionalizados. Para ter a credibilidade da comunidade, a entidade tem que fazer a prestação de contas e ter a *accountability*, que, segundo Falconer (1999), pode significar um pouco mais do que a publicação de uma simples prestação de contas, mas também representa uma postura responsável que se exercita no cotidiano da gestão em mostrar o resultado obtido aos públicos interno e externo.

Quadro 1. A prestação de contas das finanças é importante para a paróquia obter recursos que mantenham as suas atividades.

<u>Concorda totalmente</u>	CT	CP	N	DP	DT	<u>Discorda totalmente</u>
Quantidade	49	01	00	00	00	
Percentual	98%	2%	0%	0%	0%	

Fonte: Dados da pesquisa

Nesse quadro 1, pode-se verificar que todos os paroquianos entrevistados possuem a consciência de que, para a paróquia obter os recursos que necessita para manter as atividades, ela precisa realizar a prestação de contas. Em consonância com a opinião dos fiéis, o pároco concordou totalmente com a importância da prestação de contas e do processo de transparência para os ingressos de recursos. Esses dados expressam a grande importância que a prestação de contas possui em relação à sua

sustentabilidade financeira, sendo que ela deve ser prioridade da gestão paroquial.

Quadro 2. Na paróquia existe a divulgação dos recursos e dos resultados obtidos para a comunidade

<u>Concorda totalmente</u>	CT	CP	N	DP	DT	<u>Discorda totalmente</u>
Quantidade	34	12	03	00	01	
Percentual	68%	24%	6%	0%	2%	

Fonte: Dados da pesquisa

Este quesito demonstra que 92% dos fiéis confirmam a existência da divulgação da paróquia sobre os recursos e resultados obtidos. Apenas 2%, ou seja, 1 pessoa, acha que não é feita a divulgação e 6% se mantiveram neutros em relação a este quesito. Isso demonstra que a *accountability* é exercida pela paróquia, pois é evidente para a comunidade a responsabilidade da paróquia em divulgar os recursos e os resultados.

Quadro 3. As doações/dízimos/coletas estão sendo bem empregados para a comunidade

<u>Concorda totalmente</u>	CT	CP	N	DP	DT	<u>Discorda totalmente</u>
Quantidade	21	14	07	05	03	
Percentual	42%	28%	14%	10%	6%	

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 3 evidencia que 70% dos paroquianos aprovam as aplicações dos recursos coletados pela paróquia. A reprovação dessas aplicações é representada por 16% dos pesquisados, sendo que 14% dos fiéis ficaram neutros sobre a efetiva aplicação de recursos realizada na paróquia. Esse resultado contribui para atingir o objetivo específico sobre a percepção dos paroquianos em relação ao processo de transparência da paróquia.

Quadro 4. Busco conhecer as informações financeiras ao menos uma vez por semestre

<u>Concorda totalmente</u>	CT	CP	N	DP	DT	<u>Discorda totalmente</u>
Quantidade	13	11	20	01	05	
Percentual	26%	22%	40%	2%	10%	

Fonte: Dados da pesquisa

Visando a conhecer a busca das informações financeiras pelos fiéis, o quadro 5 evidencia que 48 % dos pesquisados possuem o comprometimento de conhecer as informações financeiras semestralmente. Os que não buscam conhecer essas informações são 12% e um grande número dos pesquisados (40%) se mantiveram neutros, ou seja, tiveram dúvidas se realmente buscam as informações ao longo de um semestre. Sobre essa procura, o pároco concordou parcialmente, o que revela uma sintonia com o resultado obtido. Além dessa afirmativa, o pároco também concordou totalmente com a afirmação de que já houve algum caso de má gestão pela falta de transparência na paróquia. Os dados levam em consideração que os fiéis se preocupam em conhecer as demonstrações financeiras, com o foco de saber se já houve algum incidente negativo no passado.

Quadro 5. Se a paróquia atuasse sem transparência haveria uma má gestão de recursos, muitas pessoas deixariam de contribuir

<u>Concorda totalmente</u>	CT	CP	N	DP	DT	<u>Discorda totalmente</u>
Quantidade	24	8	12	01	05	
Percentual	48 %	16%	24%	2%	10%	

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 5 avalia que a maioria dos fiéis (64%) deixaria de doar recursos à paróquia se houvesse má gestão e falta de transparência. Os que continuariam a contribuir nesse contexto totalizariam 12% e os que ficaram neutros representariam 24%. Este dado valida a idéia de Cruz (2002), o qual explica que a falta de transparência acaba sendo um obstáculo para a captação de recursos.

Quadro 6. Tenho algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos (investimentos, reformas, aquisições)

<u>Concorda totalmente</u>	CT	CP	N	DP	DT	<u>Discorda totalmente</u>
Quantidade	09	07	08	09	17	
Percentual	18%	14%	16%	18 %	34%	

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a participação dos paroquianos nas aplicações dos recursos, 32% dos fiéis pesquisados afirmaram que possuem algum tipo de participação, já 16% dos fiéis se mantiveram neutros em relação a essa afirmação. A maioria dos pesquisados (52%) afirma não participar dessas deliberações, denotando que muitos fiéis não possuem uma participação ativa nas decisões que definem como o dinheiro da igreja será utilizado. Em consonância com a falta de participação dos paroquianos, o pároco discordou parcialmente em relação à importância da participação dos fiéis nesse tipo de deliberação, isso mostra que a administração não motiva a participação dos paroquianos nas decisões acerca das aplicações de recursos. A longo prazo, e considerando que esses fiéis valorizam a prestação de contas, isso pode causar situações negativas para a *accountability* na paróquia, refletindo-se na queda da captação de recursos.

Quadro 7. Conheço e tenho acesso aos membros da administração paroquial

<u>Concorda totalmente</u>	CT	CP	N	DP	DT	<u>Discorda totalmente</u>
Quantidade	10	13	15	02	10	
Percentual	20%	26%	30%	04 %	20%	

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 7 mostra que 46% dos paroquianos pesquisados possuem acesso e conhecem os membros da administração paroquial, 24% desses fiéis não conhecem o conselho administrativo e 30% foram neutros neste quesito. O pároco concordou parcialmente acerca do conhecimento e acesso do conselho administrativo pelos

paroquianos e afirmou que existe a possibilidade de marcação de horários para reunião dos fiéis com o pároco e com o conselho administrativo para eventuais esclarecimentos.

Quadro 8. Existe algum fator que necessita evoluir na transparência financeira da igreja

<u>Concorda totalmente</u>	SIM	NÃO	<u>Discorda totalmente</u>
Quantidade	16	34	
Percentual	32%	68%	

Fonte: Dados da pesquisa

A opinião dos fiéis sobre algo que pode melhorar na transparência financeira da igreja é demonstrada no quadro 8, onde se mostra que a maioria dos pesquisados (68%) opinaram que a prestação de contas e os projetos da igreja são desenvolvidos adequadamente, 32% dos fiéis declararam que há fatores que precisam melhorar na prestação de contas. Dentre os comentários daqueles que acham que existe algo para melhorar há diversas sugestões, sendo que as mais requisitadas foram: uma maior clareza nas demonstrações e melhor comunicação dos paroquianos com a administração paroquial.

Na visão do padre os fatores que mais motivam a prestação de contas pela paróquia, num grau de importância, são: o atendimento de normas eclesiais internas ou externas, a sustentabilidade da paróquia e a cobrança dos doadores. Também foi respondido pelo pároco que a prestação de contas é dirigida à Arquidiocese, aos paroquianos e aos funcionários e voluntários da paróquia, sendo que não existe uma diferenciação da prestação de contas para cada usuário da informação.

Um dos principais fatores para uma boa transparência refere-se à comunicação aos doadores das aplicações de recursos. Sendo assim, perguntou-se ao pároco se a aplicação dos recursos é informada aos doadores de forma sistemática, apenas quando solicitado, ou não são informados. O pároco respondeu que as

informações são disponibilizadas sistematicamente, ou seja, essa informação é divulgada rotineiramente e é prática constante na gestão administrativa.

Sobre o meio mais utilizado para prestar contas, o pároco classificou em ordem de importância: os relatórios colocados em local de boa visualização, a comunicação verbal (em público) e os jornais ou boletins internos, respectivamente. Ainda sobre o meio utilizado na prestação de contas, ele afirmou que não existem relatórios financeiros publicados em meio eletrônico (internet), mas menciona as informações financeiras nas missas, existe a divulgação de material informativo nos jornais semanais distribuídos na missa e divulgação dos demonstrativos no mural da igreja. Possivelmente, a ampliação da divulgação dos resultados via internet ajude a ampliar a satisfação do fiel quanto à transparência, conforme exposto nos quadros 4 e 8.

Utilização da contabilidade para o auxílio do processo de transparência – De modo a cumprir com este objetivo específico, foram aplicados questionários ao administrador da paróquia (pároco) e aos fiéis que compuseram a amostra. A utilização da contabilidade é um fator importante no processo de transparência, pois ela traz consigo a evidenciação que, segundo Araújo (2005) é o canal usado na comunicação entre a entidade e os tomadores de decisões como instrumento de informação.

A Paróquia Senhor do Bonfim mantém as suas escriturações atualizadas e a sua assistência contábil é realizada por uma empresa contábil contratada, sendo que o tesoureiro, que também é contabilista, é o responsável pelos documentos e informações úteis para realização da contabilidade. É relevante conhecer quais são as demonstrações contábeis e financeiras confeccionadas na paróquia. No quadro 9, é feita uma análise desses relatórios:

Quadro 9. As demonstrações abaixo são elaboradas pela paróquia?

RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS	SIM	NÃO
Balanco Patrimonial	X	
Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício	X	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social		X
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	X	
Demonstração do Fluxo Disponível	X	
OUTROS RELATÓRIOS		
Demonstrativo de Entradas e Saídas (receitas e despesas)	X	
Demonstrativo dos Saldos (caixa e bancos)	X	

Fonte: Dados da pesquisa

Evidencia-se que dentre as demonstrações contábeis obrigatórias – O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração do Fluxo Disponível são elaborados. Porém, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, um relatório contábil importante, pois analisa a evolução do Patrimônio Social ao longo dos exercícios, não está sendo confeccionado. O Demonstrativo de Entradas e Saídas, além de ser uma importante peça de gerenciamento, é a demonstração que é publicada nos jornais semanais e no mural informativo, constituindo um instrumento fundamental para a prestação de contas. O Demonstrativo dos Saldos é essencial para a tomada de decisão do conselho administrativo nas aplicações de recursos. Apesar de a paróquia confeccionar 6 relatórios, ela divulga à comunidade apenas o Demonstrativo de Entradas e Saídas e o Demonstrativos dos Saldos.

Quando a afirmação é que a divulgação financeira é de fácil entendimento, a maioria dos fiéis pesquisados (86%) opinou que existe clareza nas divulgações financeiras, 10% dos paroquianos acham que as divulgações não são claras e 4% foram os neutros. O pároco afirmou que existem Notas Explicativas nas demonstrações divulgadas, o que auxilia a interpretação dos

usuários. Esse resultado demonstra que, apesar de não haver uma diferenciação da prestação de contas para cada usuário, as informações disponíveis nos relatórios divulgados atendem às necessidades da comunidade.

O padre concorda totalmente com a afirmativa de que a contabilidade é fundamental para a transparência da gestão financeira e administrativa. Além disso, ele afirma que a gestão contábil possui influência direta na captação de recursos. Essa visão do pároco é imprescindível para a aplicação da transparência na paróquia e mostra que o administrador conhece os efeitos de uma gestão contábil eficaz, colocando-a como essencial no andamento das atividades para atingir a transparência e, conseqüentemente, a sustentabilidade da entidade.

Foi realizada uma classificação em relação aos tipos de receitas auferidas pela paróquia, de acordo com o seu grau de relevância. O pároco colocou as receitas com o dízimo dos membros da igreja como a mais importante, a segunda mais importante foram as receitas com ofertas, legados e doações, seguidas pelas rendas financeiras, patrimoniais e das atividades desenvolvidas. Essa informação revela a dependência que a entidade possui com a comunidade, pois os ingressos de recursos mais importantes são recebidos através dos fiéis, assim a credibilidade da paróquia junto aos fiéis é fator fundamental para o ingresso de recursos. Foi verificado que não existem receitas oriundas de órgãos do governo, ou de legislação específica, inferindo que não há incentivos governamentais para as instituições religiosas.

Quando perguntado sobre a existência de algum órgão de fiscalização e controle das contas paroquiais, o pároco respondeu que formalmente não existe nenhum órgão, mas que a Arquidiocese, órgão hierarquicamente maior, acaba tendo o controle das contas, pois ela arrecada 15% de toda a receita das paróquias e o acompanhamento das finanças é fundamental para a correta arrecadação.

O pároco concorda que a auditoria independente é um instrumento essencial para o processo de transparência, tendo como objetivo verificar se as demonstrações contábeis estão refletindo a realidade, porém as demonstrações contábeis da paróquia não são auditadas por um auditor independente, ou empresa de auditoria. Segundo o administrador, o fato de não existir um órgão formal de fiscalização e controle não estimula a realização da auditoria.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou verificar a execução de uma transparência financeira na Paróquia Senhor do Bonfim. Para atingir esse objetivo, foi necessário fazer um levantamento com questionários aplicados aos paroquianos, que são os fiéis católicos pertencentes à paróquia e ao pároco, administrador. O presente estudo justifica-se pela importância da transparência para a captação de recursos em entidades sem fins lucrativos e pela necessidade que a comunidade tem no acompanhamento das informações financeiras das entidades do terceiro setor, neste caso, de uma igreja católica.

As informações coletadas através dos questionários permitem inferir que tanto os paroquianos quanto o pároco atribuem grande importância à transparência e à prestação de contas e que a transparência das finanças é essencial para a continuidade da paróquia, pois o principal ingresso de recursos é originado nas doações dos fiéis e que esses deixariam de contribuir se a igreja atuasse sem transparência. Foi verificado que as informações financeiras são passadas sistematicamente aos fiéis, ou seja, evidenciar a situação financeira da paróquia é uma rotina gerencial, isso mostra que a paróquia atua na condição de uma organização *accountable* (responsável, explicável).

Em relação à prestação de contas, analisou-se que não existe uma diferenciação da prestação de contas para cada usuário, que o principal meio para evidenciação dos relatórios é o uso de mural com boa visualização e que a paróquia não utiliza meios eletrônicos (internet) como meio de prestação de contas.

Sob a visão dos paroquianos, a paróquia faz a divulgação dos recursos financeiros, sendo que esses recursos estão sendo bem empregados para a comunidade e a maioria não tem sugestões para a evolução da transparência financeira exercida, porém a maioria dos paroquianos acha que não participam das decisões de aplicação de recursos, sendo que a administração não os motiva a participar e muitos não conhecem e não têm acesso aos membros do conselho administrativo.

A administração sabe que a contabilidade é condição básica para a transparência e mantém as escriturações atualizadas. Com exceção da Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a paróquia elabora todas as demonstrações contábeis obrigatórias, mas não divulga nenhuma delas, ficando restrita a relatórios financeiros auxiliares, como o Demonstrativo de Entrada e Saídas e o Demonstrativo dos Saldos.

O trabalho teve como limitações a pesquisa de uma única paróquia, devido ao fato da dificuldade em obter os dados com os padres de outras igrejas que pertencem à Arquidiocese. Para estudos futuros, sugere-se a realização desta pesquisa em outras paróquias, ou em entidades de outras religiões. Além disso, poderiam aprofundar-se em alguns itens desta pesquisa, como por exemplo, a participação dos doadores no processo de aplicação de recursos.

REFERÊNCIAS

_____. **Lei 6.404/76**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>.

Acesso em: 06 de Agosto de 2012.

ALMEIDA, Mônica Cordeiro; FERREIRA, Eliane Schmaltz.

Terceiro Setor: Prestação de contas e suas implicações. 2006.

Disponível em:

< <http://www.horizontecientifico.propp.ufu.br>>. Acesso em: 15 de

Novembro de 2012.

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**.

São Paulo: Atlas, 2005.

AZEVEDO, Tânia Cristina et al. Recursos públicos recebidos por organizações do terceiro setor no município de Feira de Santana: um estudo das prestações de contas aos agentes governamentais. 18.

Congresso Brasileiro de Contabilidade. **Anais...** 2008.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CAMELO, Augusto C. O.; CAMELO, Érika P. de S. Martins;
PAULINO, Tatiana C. de Brito. A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor. **Reflexão Contábil**. v. 29, p. 41-54, maio-ago. 2006.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima, TORRES, Luciene Cristina. *Accountability* e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011. Disponível em:

<<http://www.atena.org.br/>> Acesso em: 05 de Agosto de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Manual de procedimentos contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social**. Brasília, CFC, 2008.

CRUZ, Célia. Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos. **Revista Filantropia**. São Paulo, julho/agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/midia/eticatransp.htm>>
Acesso em: 12 de Agosto de 2012.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do Terceiro Setor – um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão.** São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** São Paulo: Atlas, 2000.

GAZIR, Augusto. **Entenda a Estrutura da Igreja Católica.**

Disponível em: <

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070509_e_strutura_igrejarg.shtml>. Acesso em: Acesso em 08 de Setembro de 2012.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. **Eficiência produtiva no terceiro setor: um estudo comparativo de desempenho entre organizações filantrópicas asilares.** 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14102009-124436/>>. Acesso em: 11 de Agosto de 2012.

NASCIMENTO, D. T.; OLAK, P. A. **Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor).** São Paulo: Atlas, 2010.

PÁDUA, Elisabete M. Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2000.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários.** 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO APLICADO AO PADRE

Questionário

I Etapa: Responda as alternativas abaixo:

1 Qual dos fatores abaixo mais motiva a prestação de contas pela paróquia?
 Enumere os itens por grau de importância marcando o número **1 como o mais importante**

	Cobrança dos doadores
	Atendimento de normas eclesiais internas ou externas
	Sustentabilidade da paróquia
	Outros _____ _____

2 A quem é dirigida a prestação de contas?

	Funcionários e voluntários da paróquia
	Arquidiocese
	Paroquianos
	Doadores
	Governo
	Outros _____ _____

3 Quem é o responsável pela elaboração da prestação de contas?

	Contador voluntário, não remunerado
	Tesoureiro
	Contador ou empresa contábil contratada
	Outros. Explique:

4 Classifique as receitas (recebimentos) abaixo conforme o nível de relevância para a paróquia.

Enumere por grau de importância marcando o número **1 como o mais importante.**

	Dizimo dos membros da igreja
	Ofertas, legados e doações
	Rendas financeiras, patrimoniais e das atividades desenvolvidas
	Doações de empresas ou órgãos do governo
	Outras rendas permitidas por lei

5 As demonstrações abaixo são elaboradas pela paróquia?

RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS	SIM	NÃO	DESCONHECE O RELATÓRIO
Balanço Patrimonial			
Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício			
Demonstração das Mutações do Patrimônio social			
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos			
Demonstração do Fluxo Disponível			
OUTROS RELATÓRIOS			
Demonstrativo de Entradas e Sairas (receitas e despesas)			
Demonstrativo dos Saldos (caixa e bancos)			
OUTROS _____ _____			

6 A aplicação dos recursos é informada aos doadores:

	Sistematicamente
	Quando solicitados
	Não são informados

7 Qual o meio mais utilizado para prestar contas?

Enumere por grau de importância marcando o número **1 como o mais importante.**

	Relatórios colocados em local de boa visualização.
	Meio eletrônico (internet)
	Comunicação verbal (em público).
	Jornais ou boletins internos.
	Outros: _____ _____

8 Existe algum órgão de fiscalização e controle das contas da paróquia?

	SIM
	NÃO
	Em caso afirmativo, qual o órgão? _____

II Etapa: Responda às afirmativas a seguir de acordo com o seu grau de concordância, que pode variar de 1 a 5. Sendo que: **1 – Concorda totalmente; 2 – Concorda parcialmente; 3 – Neutro; 4 – Discorda Parcialmente; 5 – Discorda totalmente**

Quesitos	1	2	3	4	5
A prestação de contas é importante para a gestão da paróquia.					
O processo de transparência é necessário para a sustentabilidade da paróquia.					
Existe uma diferenciação da prestação de contas para cada usuário da informação, conforme a sua necessidade.					
Os fiéis solicitam informações financeiras frequentemente.					
Já aconteceu algum caso de má gestão ou desvio de recursos devido à falta de transparência nessa paróquia.					
Existem Notas Explicativas nas demonstrações divulgadas.					
A paróquia mantém os registros dos fatos contábeis (escrituração).					

A contabilidade é fundamental para a transparência da gestão financeira e administrativa.					
Existe relação entre a gestão contábil e a captação de recursos.					
A paróquia possui algum mecanismo eletrônico (website, blog, redes sociais, etc.)					
Existem relatórios financeiros publicados em meio eletrônico (internet).					
Os membros do conselho administrativo são conhecidos por toda a igreja.					
Há a possibilidade de marcação de horários para reunião dos fiéis com o pároco e com o conselho administrativo.					
Os fiéis têm participação no processo de decisão da aplicação de recursos.					
O pároco menciona as divulgações financeiras durante a missa.					
Na paróquia há a divulgação de material informativo como: revistas, jornais, boletins eletrônicos, etc.					
A paróquia possui e-mail e telefone para dúvidas e sugestões da comunidade.					
É relevante a utilização de práticas de gestão para melhorar o desempenho econômico-financeiro das igrejas.					
A auditoria independente é um instrumento essencial para o processo de transparência, tendo como objetivo verificar se as demonstrações contábeis estão refletindo a realidade.					
As demonstrações contábeis da paróquia são auditadas por um auditor independente ou empresa de auditoria.					

A paróquia tem interesse em receber o resultado desse estudo?

- () SIM e-mail: _____
- () NÃO

ANEXO II – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FIÉIS

Questionário

Qual o seu gênero?

() Masculino () Feminino

Qual a sua Idade?

() Menos de 20 anos () 20 – 30 anos () 31 – 40 anos () 41 – 50 anos () 51 – 60 anos () Mais de 60 anos.

Qual o seu nível de escolaridade?

() Analfabeto () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Superior () Pós-graduação

Responda às afirmativas a seguir de acordo com o seu grau de concordância, que pode variar de 1 a 5. Sendo que: **1 – Concorda totalmente; 2 – Concorda parcialmente; 3 – Neutro; 4 – Discorda Parcialmente; 5 – Discorda totalmente**

Quesitos	1	2	3	4	5
A prestação de contas das finanças é importante para a paróquia obter recursos que mantenham as suas atividades.					
Na paróquia, existe a divulgação dos recursos e dos resultados obtidos para a comunidade.					
A divulgação financeira é de fácil entendimento.					
Busco conhecer as informações financeiras ao menos uma vez por semestre.					
As doações/dízimos/coletas estão sendo bem empregados para a comunidade.					
Se a paróquia atuasse sem transparência, havendo uma má gestão de recursos, eu deixaria de contribuir.					
Tenho algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos (investimentos, reformas, aquisições).					
Conheço e tenho acesso aos membros do conselho administrativo.					

Existe algo que necessita melhorar na transparência financeira da igreja?

Em caso afirmativo, coloque o que precisa ser melhorado.

	SIM _____ _____ _____
	NÃO

